

## Trabalho imaterial: sobre a subjetividade para uma leitura do trabalho no século XXI

**Eduardo Rozenhal**

A proposta deste ensaio é a de problematizar a idéia de trabalho, mais propriamente, a de trabalhador, tendo em vista a insuficiência das leituras tradicionais destas categorias conceituais para a descrição e a compreensão das atividades trabalhistas na atualidade. Pode-se perceber a fragilidade das concepções teóricas da maioria dos autores críticos da chamada “pós-modernidade” em permitir a visibilidade das novas relações de produção, quer no plano geral de sua constituição e funcionamento, quer no âmbito das organizações atuais. A insuficiência da crítica do trabalho contemporâneo constitui o pano de fundo contra o qual o desenho do trabalho imaterial ganha expressivo relevo.

Tradicionalmente, o trabalho é concebido de acordo com o paradigma da modernidade que, no entanto, se apresenta, hoje em dia, em claro processo de crise. No período industrial, a identidade e as instituições sociais encontravam-se valorizadas no interior da “sociedade disciplinar” (Deleuze, 1992). A inflação da identidade institucional se associava ao investimento na reprodução da mercadoria e à repressão da criatividade na linha de montagem da fábrica. Estes pressupostos estão na base da concepção do trabalho nas organizações fordistas como inteiramente derivado das relações entre o conhecimento e a tecnologia, a sociedade, a economia e o Estado (Castells, 1999). A determinação do trabalho se esgotava a partir da consideração das práticas discursivas do saber e do relevo dos procedimentos normativos do poder.

A definição de trabalho imaterial vai ao encontro da necessidade de entendimento do trabalho tal como ele se apresenta na atualidade, isto é, na “sociedade de controle” (Deleuze, 1992). O capitalismo industrial dos séculos XIX e XX, que era de concentração e visava a produção industrial, abre o espaço

para o novo “capitalismo cognitivo” (Cocco, Galvão, e Silva, 2003) ou a economia do saber. A partir do movimento de 68, o trabalho imaterial vem se tornando a principal fonte da produção das organizações.

Contudo, a maioria dos críticos da sociedade pós-industrial continua a se utilizar do ideário da modernidade, centrando as respectivas análises das práticas atuais do trabalho na hegemonia das relações normativas e discursivas. Para estes autores, ainda que o enfraquecimento da identidade no mundo de hoje seja evidente, o trabalho ainda é visto de forma predominantemente identitária, sendo descrito e compreendido, exclusivamente, em face da tradicional organização capitalista da produção.

Neste contexto de valorização da identidade, tipicamente referido ao ideário moderno, o trabalho imaterial não pode encontrar referências teóricas claras que permitam o entendimento de sua constituição e funcionamento. Tampouco as organizações, no bojo do novo capitalismo, vêm sendo capazes de implementar práticas administrativas compatíveis com o novo modelo de produção, uma vez que as práticas criativas são ainda submetidas ao rígido controle das subjetividades. As relações singulares, a potência criativa ou a gestão organizacional do conhecimento não podem explicitar-se no interior das análises críticas ainda marcadas pela tradição identitária.

Para o estabelecimento de uma leitura diferenciada do trabalho contemporâneo, procuraremos desenvolver uma análise das “práticas de si” que irá se configurar como estratégia teórica central para a nova definição do trabalho imaterial.

#### Sociedade disciplinar e sociedade de controle: produção social de subjetividade e trabalho

Hardt e Negri (2001) resumem a definição foucaultiana da “sociedade disciplinar” como aquela em que o comando social é empreendido por uma série de “dispositivos” capazes de constituir e ordenar os costumes, os hábitos e as práticas produtivas (p. 42). Assim, a sociedade disciplinar, característica da modernidade fabril, isto é, da primeira fase de acumulação capitalista, opera pela via das instituições, tais como a família, a escola, o hospital, a prisão ou a fábrica. Mais especificamente, o comando desta sociedade se utiliza dos dispositivos

institucionais como, por exemplo, a lógica carcerária que subsume, explica e inspeciona a diversidade das práticas da prisão.

Com estas estratégias, o poder disciplinar garante a obediência às normas que postula, ao ser capaz de *determinar integralmente a subjetividade*, isto é, de produzir as possibilidades subjetivas de pensar, imaginar, sentir (sentimento e sensação), perceber etc., e, por conseguinte, de determinar também, de forma absoluta, os limites do comportamento do indivíduo, incluídas, é claro, as relações trabalhistas (*idem*).

Os diferentes meios de “confinamento” institucional são independentes. Contudo, segundo Deleuze (1992), existe uma *relação analógica* entre os dispositivos correspondentes. Nesta modalidade de sociedade, os indivíduos não cessam de recomeçar, sempre e a cada vez, do zero (p. 220-221). Eis o que está no cerne da sociedade disciplinar: a produção de *subjetividade* pelos dispositivos sociais do poder se empreende, tendo *identidades sociais fixas e rígidas* como centros estratégicos que vão se sucedendo. Ao longo da vida, o indivíduo passa, sucessivamente, de um espaço fechado a outro, sofrendo distintas “moldagens”, em torno de diferentes identidades: de estudante a operário, depois, mãe/pai ou, eventualmente, detento ou doente (Hardt e Negri, 2001).

Por seu turno, a dinâmica da subjetividade, produzida pela sociedade disciplinar, isto é, o funcionamento subjetivo do indivíduo que lhe corresponde, orienta-se por *princípios* específicos que, para as diversas teorias modernas da subjetividade, se coadunam, mais ou menos, à valorização social da identidade.

Como exemplo, citamos a construção da subjetividade no pensamento psicanalítico. No campo da psicanálise, principalmente na primeira fase da elaboração teórica de Freud (até 1920), podemos dizer que os operadores subjetivos pautam-se pelas identidades, entendidas, no contexto do “psiquismo” (subjetividade), como “representações” (idéias) especiais ou *ideais*, investidas por “intensidades” (energia) de ordem psíquica. Estes investimentos, denominados “desejos inconscientes”, implicam a organização das representações para o funcionamento subjetivo. O desejo em psicanálise será entendido segundo princípios identitários, como o “princípio de prazer”, cuja eficiência – irrestrita – se deve às *tendências* da “identidade de percepção” ou da “identidade de pensamento”. Isto quer dizer que o princípio de prazer regula a subjetividade, impondo-lhe o

regime de funcionamento e, para tanto, vai associar prazer à identidade ou à *reprodução* de “vivências” prazerosas passadas. (Rozenhal, 2003).

Já o enunciado da “sociedade de controle”, ao contrário, propõe, para a sociedade atual, que as novas formas de controle são constituídas por uma rede de variáveis inseparáveis, de modo que o indivíduo contemporâneo sofre uma “modulação ... auto-deformante” – não se submete mais à “moldes” sucessivos –, mudando a cada instante, como uma totalidade (Deleuze, 1992). A produção moderna de subjetividade estruturada, sobretudo, por identidades sociais fixas, não se sustenta mais diante da flexibilidade e mobilidade da sociedade globalizada, informatizada e em rede de nossos tempos. Vivemos numa época de clara e acentuada desvalorização das identidades e, amplamente, das instituições sociais.

No mundo do trabalho, o poder se exerce, atualmente, através das redes de organizações, formadas, por sua vez, por organizações em rede. A base operacional das atuais organizações do trabalho são as novas tecnologias que, através de sofisticados sistemas monitorados de informação e comunicação, catalisam a *modulação* integral, característica da subjetividade que atualmente se produz.

Instituições e identidades rígidas tornaram-se um entrave para o desenvolvimento do mundo contemporâneo dos fluxos nas redes de computação – a um só tempo, de comunicação e de afetos – (Lazzarato e Negri, 2001) que interligam, no que diz respeito às organizações empresariais, produtores e consumidores, ao torná-los, indiscriminadamente, *usuários*. O novo capitalismo denomina-se agora “capitalismo cognitivo”, esta mudança apontando para o valor do conhecimento subjetivo, ou melhor, da criatividade, no cerne das novas formas produtivas (*idem*). Não se trata mais da busca da otimização da mercadoria ou da especialização do operário, metas ligadas aos ideais de reprodução identitária do antigo taylorismo. O mais importante, em tempos da atual “economia do saber”, é o processo produtivo aberto e flexível, baseado na cognição, na comunicação e na cooperação, englobando a totalidade de parceiros (*stakeholders*), tornados usuários das redes.

Para a sociedade de controle, a venda de serviços (*marketing*) é prioritária, à medida que estes últimos – mais do que os bens propriamente ditos – são capazes de manter os fluxos nas redes por tempo indeterminado. Porém, o maior “bem” é agora a criatividade dos usuários que representa o principal “fator de dife-

renciação” no mercado. No mundo da produção atual, onde tudo se copia, com a facilidade da tecnologia tremendamente avançada a serviço da falta de ética das empresas, a obsolescência dos produtos se dá de forma quase imediata. A criatividade subjetiva, por outro lado, é aquilo que não pode ser copiado, tornando-se, então, a “vantagem competitiva” *preponderante* das organizações de nosso tempo.

No novo contexto, a produção social de subjetividade irá valorizar os aspectos subjetivos criativos, essenciais para as relações de produção e trabalho contemporâneas. A subjetividade produzida neste mundo informatizado e globalizado é, no dizer de Deleuze (1992), híbrida, flexível e modulada e se movimenta como um todo, como os “anéis de uma serpente” (p. 226). Daí o entendimento de que o funcionamento da subjetividade, no interior do antigo “capitalismo industrial”, de tendência preferencialmente identitária ou reprodutiva, teve de abrir espaço para um outro tipo de processo subjetivo, independente das identidades, de acordo com o novo capitalismo cognitivo.

Agora, os mecanismos de *criação da própria subjetividade*, ou seja, a auto-criação subjetiva, se impõem à descrição e à compreensão da dinâmica psíquica. É preciso, então, amplificar a concepção da subjetividade pela inclusão de dinâmicas subjetivas-limite com autonomia frente ao funcionamento psíquico reprodutivo e seus princípios identitários<sup>1</sup>. Sendo assim, as considerações a respeito da produção de subjetividade de nosso tempo terão de dar relevo e independência às *condições de possibilidade* do funcionamento subjetivo. Da mesma forma, as teorias críticas da chamada “pós-modernidade”, no que concerne à compreensão da produção das organizações globalizadas de nossa época, deverão ser capazes de introduzir os processos de criação subjetiva (“de si”), com autonomia em relação à reprodução identitária da mercadoria.

Isto não quer dizer, contudo, que a disciplina está menos acentuada hoje em dia. O declínio das instituições e o fracasso da sociedade disciplinar são a consequência inexorável do novo paradigma social das redes de comunicação e cooperação, instrumentalizadas pelas novas tecnologias de infor-

<sup>1</sup> Podemos constatar, inclusive, que estes novos enunciados a respeito das relações subjetivas autônomicas configuram um campo potencial para o estudo das atuais modalidades de padecimento subjetivo e para o seu tratamento clínico (Rozenthal, 2003).

mação e comunicação (NTIC). Na sociedade de controle, a desvalorização das identidades, referidas à lugares fixos de aplicabilidade dos dispositivos ou às respectivas lógicas disciplinares, corresponde a uma nova produção de subjetividade. Entretanto – Foucault insistia muito neste ponto –, a prática da disciplina é absolutamente imanente à subjetividade (Hardt e Negri, 2001). Assim sendo, o poder disciplina nossos “corpos e mentes”, *em qualquer caso, tempo ou contexto histórico*, a partir de nossa subjetividade, isto é, de forma inseparável dos próprios mecanismos subjetivos.

Somos capazes de verificar que o novo sujeito contemporâneo, ainda que diante da compressão das instituições disciplinares de hierarquia vertical, em prol das redes horizontais de controle, exerce, de maneira ainda mais abrangente, o auto-controle disciplinar. De fato, a subjetividade não se orienta mais, prioritariamente, pelos mecanismos identitários. Contudo, a imanência do controle, não obstante as identidades sociais agora móveis e flexíveis, tornou-se ainda mais coercitiva.

Mesmo que a auto-criação subjetiva ocupe um lugar de destaque e independência no funcionamento subjetivo contemporâneo, os sujeitos atuais são ainda organizados pela lógica das identidades disciplinares. A subjetividade construída pelas práticas de poder de nossos tempos é “ondulatória”, como “um feixe contínuo”, marcada, não mais por uma de cada vez, mas sim, por uma diversidade de influências institucionais em doses e combinações diferentes (op. cit., p. 353). Esta situação permite concluir que, embora a subjetividade não se regule por nenhuma identidade específica, ela será regida ainda mais intensamente pela totalidade delas (ibidem, p. 352-353).

Não é difícil observar que os novos sistemas em rede, com características fortemente integradoras, centradas na comunicação rápida – e cada vez mais barata – da informação e do conhecimento, englobaram nossas atividades mais triviais. O trabalho, no interior do novo paradigma, está de acordo com o que Foucault (1988) antecipara através da idéia do “bio-poder”, isto é, a totalidade da vida é englobada pelas relações trabalhistas. Para Cocco, Galvão e Silva (2003), isto equivale a dizer que não mais se coloca a tradicional separação “entre o mundo do trabalho e o mundo da vida” (p. 8).

Com efeito, a produção das organizações empresariais da sociedade de controle tem como base os processos criativos da subjetividade, antes de tudo da

criação de si mesmo, que são agora investidos, direta e prioritariamente, pelas estratégias administrativas. A criatividade, outrora reprimida nas organizações fordistas, recebe o privilégio do interesse do novo trabalho. Contudo, o funcionamento subjetivo não pode prescindir dos processos identitários, responsáveis pela dinâmica homeostática de equilíbrio. Da mesma forma, o planejamento da produção se utiliza ainda dos procedimentos de reprodução no trabalho, que representam, inclusive, o esforço das estratégias de reapropriação do controle pelo comando da sociedade de controle.

### Paradigma da modernidade

Inúmeras são as origens da insuficiência das análises críticas das relações do trabalho na atualidade. Podemos, no entanto, referi-las ao conjunto das idéias do paradigma da modernidade, hoje em dia em claro processo de crise (Khun, 1970). O paradigma moderno vai propor a compreensão do “real”, marcado pela homogeneidade. De acordo com esta perspectiva, a natureza se apresenta totalmente ordenada pela razão, da mesma maneira que o ser humano se define pela sua racionalidade. Para Plastino (2001), a decorrência desses pressupostos é que, para o pensamento moderno, há uma forma *exclusiva* de “apreensão do real”: o saber é a atividade de um sujeito racional, soberano e neutro, isto é, separado da natureza, que vai se curvando ante o ímpeto subjetivo (p. 23). Eis, ainda que esquematicamente, as bases do “conhecimento verdadeiro”, pretensão da “ciência moderna” que se configura, em suma, como “determinismo cientificista”.

Este quadro se coaduna com a perspectiva de uma natureza passiva, submetida, integralmente, a relações de determinação pela via da razão objetiva e explicativa. Contudo, a própria subjetividade será também determinada, na sua totalidade, pela racionalidade lógica, de acordo com este modelo das relações simples, quantitativas, de causa e efeito. Entendemos, então, que, para o pensamento moderno, o sujeito é, de fato, agente neutro do conhecimento, capaz de conhecer a natureza, que lhe apresenta sua face plácida e inerte. Entretanto, o que está sendo valorizado, para o conjunto das idéias modernas, não é propriamente o sujeito, mas sim, a identidade da razão que o fundamenta. Mais exatamente, é a identidade que se coloca como central, tanto para o

sujeito, quanto para o objeto, com potencial de determinação e, portanto, passível de oferecer a *ambos*, isto é, ao sujeito cognoscente e ao objeto cognoscível, a garantia para as relações de conhecimento.

O contexto geral da modernidade está estruturado de forma que a produção de subjetividade correspondente se empreende com predominância das relações identitárias. O escopo deste ensaio não permite o maior detalhamento desta questão.<sup>2</sup> Contudo, é suficiente que se note que a “identidade do conceito” é capaz de estruturar o conjunto das principais idéias modernas.<sup>3</sup> Dito de outra forma, a identidade será elevada à categoria de “universal”, isto é, decodificada como a “unidade totalitária, ou de organização” dos elementos de um dado domínio conceitual ou de um certo gênero.<sup>4</sup> Assim, por exemplo, todo e qualquer sujeito será definido, exclusivamente, por suas relações identitárias com a razão, ou seja, a descrição e a compreensão de sua constituição e funcionamento, em resumo, a sua determinação, far-se-á tendo como *origem universal*, centro ou fundamento, a identidade da razão.

A descrição e a compreensão do trabalho na modernidade não podem fugir a esse enquadre teórico. De acordo com estas referências paradigmáticas, o trabalho é um “universal”. Isto equivale a dizer que, para os autores modernos, as relações trabalhistas possuem uma origem universal ou uma identidade “transcendente”, que, não obstante, vinha recebendo novos significados, em função dos contextos históricos sucessivos. Este procedimento permite que se considere a organização fordista como *inteiramente* derivada das relações do conhecimento, da tecnologia, da sociedade, da economia e do Estado (Castells, 1999). Em suma, as relações inter-articuladas entre os procedimentos normativos do poder e as práticas *discursivas* do saber configuram, para a crítica moderna, o campo identitário ou *fundamental*, isto é, capaz da determinação absoluta das características do trabalho no interior do modelo industrial.

Entretanto, no quadro da contemporaneidade, o real não mais poderá ser apresentado por suas qualidades essenciais e homogêneas, tal como era pen-

<sup>2</sup> Para tanto, enviamos o leitor a Rozenhal, 2003.

<sup>3</sup> Deleuze, 1988, cap. I.

<sup>4</sup> Lalande, 1985, vol. II, p. 665 a 670.



sado na modernidade. Hoje em dia, o enfraquecimento da identidade, pela via da deflação da autoridade e da lei, podem ser notados como evidência (Ehremberg, 1998). A conseqüente crise do paradigma moderno aponta para a necessidade de inscrição de uma outra imagem do real. A atualidade irá edificar a concepção do real heterogêneo. Imprevisibilidade, auto-organização, acidente e criatividade serão os novos atributos do real, sendo valorizada a sua capacidade de organização espontânea (Plastino, 2001).

A nosso ver, entretanto, a maior parte dos analistas do trabalho “pós-industrial” ainda se utiliza do ideário da modernidade, centrando, por conseguinte, suas análises na exclusividade das práticas de poder e das práticas discursivas para a determinação das relações organizacionais. A manutenção dos operadores teóricos próprios da modernidade para o estabelecimento das análises críticas das relações do trabalho na atualidade é a principal razão da insuficiência destas últimas.

#### Trabalho imaterial: conhecimento imaterial e subjetividade

O novo trabalho, denominado “trabalho imaterial” ou “trabalho vivo” se constitui, se organiza e se apresenta de forma diferenciada. Esta nova concepção do trabalho que se inscreve na economia do saber e no capitalismo cognitivo mostra-se capaz de estabelecer um entendimento das organizações atuais, bem como, retroativamente, de empreender a crítica do trabalho industrial pela identificação daquilo que fora *reprimido* pelo pensamento moderno.

Segundo Hardt e Negri (2001), há três tipos de trabalho imaterial. O primeiro redefine a produção industrial tradicional, na sociedade em rede, de modo que a atividade trabalhista hoje em dia passa a ser vista, prioritariamente, como “serviço”, mas, antes, como produção de informação e de conhecimento. O *trabalho material* de produção de “bens duráveis” (“mercadorias”) mistura-se, cada vez mais, com o trabalho imaterial ou seja, produtor de “serviço”, informação e conhecimento. O protótipo desta inclinação atual do trabalho é a reversão do modelo fordista da articulação entre a produção e o consumo. Na nova indústria, a produção não se orienta mais para o produto, mas sim, para a demanda do mercado consumidor e para o próprio processo produtivo. O papel central é exercido

pela comunicação e a informação e este modelo de trabalho, catalisado pelas NTIC gera, antes, a própria comunicação e informação.

O segundo tipo é o trabalho imaterial que é empreendido de acordo com “tarefas analíticas e simbólicas”, pela via da “manipulação inteligente e criativa”. É o caso, por exemplo, da produção de *softwares*, cujo processamento empresta a todos, sejam produtores, sejam consumidores, o papel de usuários.

Finalmente, o terceiro tipo de trabalho imaterial envolve a produção e o manejo dos afetos, demandando contato humano, que pode ser real, mas também “virtual”. Exemplo deste último tipo é o trabalho dos ativistas contra a Aids nos Estados Unidos. Observa-se que os membros deste movimento operam com técnicas científicas de ponta, ao mesmo tempo que desenvolvem sua capacidade afetiva, necessária para conviver com a doença e a morte (op. cit., p. 310-315).

No âmbito das organizações transnacionais atuais, segundo Lazzarato e Negri (2001), o trabalho imaterial exige, predominantemente, a capacidade de escolha do trabalhador e a responsabilidade pelas decisões tomadas. Sua atividade se empreende na interface entre as diferentes funções e entre as diversas equipes na organização. Para esta modalidade de trabalho vivo, as atividades de pesquisa, de concessão e de gestão das possibilidades humanas se redefinem, colocando-se como centrais em função das redes informáticas e telemáticas.

Hoje em dia, as metas e os objetivos organizacionais não mais se dirigem para o produto propriamente dito, orientando-se, ao contrário, através do *marketing*, para a venda de serviços ou para a comercialização das logomarcas. A tendência do mercado do trabalho globalizado apresenta-se pelo estabelecimento de relações trabalhistas e sindicais cada vez mais fracas, pelo aumento da participação de trabalhadores autônomos, dos subempregos e pela utilização da terceirização, assim como do trabalho exercido em meio expediente ou temporário. O processo produtivo se articula, progressivamente, em vista da venda agressiva da logomarca, enquanto a produção propriamente dita se retira para regiões do terceiro mundo, onde as leis trabalhistas são aviltadas, incluindo a exploração de mão de obra infantil e a não remuneração de horas extras (Klein, 2003).

Podemos perceber que a categoria tradicional do trabalho, cuja base é a produção material, centrada na “alienação da força de trabalho” e no “valor de

troca”, é insuficiente para a compreensão do trabalho imaterial. No modelo industrial, o trabalhador se encontrava submetido às máquinas seriais, uma vez que estas últimas eram as detentoras de todo o saber, cabendo ao profissional somente as tarefas repetitivas e rotineiras de sua operação.

Com o trabalho imaterial dá-se o inverso. A produção pós-industrial, catalisada pelas NTIC, é capaz de separar o conhecimento de sua base material, tornando-o, por assim dizer, puro, ou melhor, imaterial. Os PCs, ligados em rede, programados pelos próprios usuários, devolvem o agenciamento do processo produtivo ao trabalhador: o “valor de uso” submete o “valor de troca” (Cocco, Galvão, e Silva, 2003).

Para a implementação do trabalho imaterial, o que está em jogo é a produção cognitiva de informações e conhecimentos que se efetua sobre o conhecimento puro ou “virtual”, tornado imaterial pelas novas tecnologias. Mas, conhecimento imaterial só existe como atributo de um sujeito que, pela sua definição mesma, é também imaterial. Sendo assim, o trabalho imaterial implica, antes de mais nada, a demanda, por parte das empresas, do investimento subjetivo, nas suas dimensões próprias, isto é, a um só tempo, das idéias (representações), do afeto e do desejo.

#### Processos criativos e processos repetitivos da subjetividade

A força dos argumentos inscritos pela idéia de trabalho imaterial torna possível fazer um importante ajuste teórico capaz de permitir uma maior compreensão da produção social de subjetividade contemporânea que se coaduna ao capitalismo cognitivo.

O trabalho atual se organiza em torno da demanda da criatividade do trabalhador, por parte da empresa, em face da proeminência da informação, da comunicação e do conhecimento para a produção globalizada das organizações de hoje. Esta nova orientação aponta para o lugar central ocupado pela subjetividade no processo produtivo das organizações em rede. A questão poderá ser traduzida da seguinte maneira: afinal de contas, durante o período fordista, a subjetividade, enquanto “sujeito em série”, não era também objeto central de produção pelo contexto histórico respectivo? E, ao contrário, será que se pode

dizer que a subjetividade do operário não comparecia na produção padronizada, levada a efeito na linha de montagem? Em suma, a produção de subjetividade e o investimento subjetivo do trabalhador são uma exclusividade da sociedade em rede e do trabalho imaterial?

Sem dúvida, podemos afirmar que não teria havido a produção padronizada da indústria moderna sem a produção social das “massas”, isto é, sem o consumo de massa, sem uma nova estética e uma nova psicologia dos indivíduos. Torna-se claro que, nas palavras de Gramsci (apud Harvey, 1992), “um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida” (p. 121), ou seja, uma determinada modalidade de subjetividade, compatível com o processo produtivo do modelo fabril, é a condição de possibilidade para o estabelecimento do *regime de acumulação* da indústria moderna.

De fato, a produção de subjetividade pelo contexto social não é privilégio do novo paradigma do trabalho. Ao contrário, cada regime de acumulação implica uma organização trabalhista específica e, para tanto, associa, necessariamente, a produção social de subjetividade à produção do trabalho propriamente dita. Então, a questão insiste. É preciso indagar a respeito da efetiva especificidade do novo conceito de trabalho imaterial no interior do paradigma atual.

O paradigma econômico da modernidade industrial inscreveu o modelo do trabalho repetitivo e simplificado ao extremo, correspondente e compatível com a subjetividade que então se produzia. Os objetivos do taylorismo visavam o aumento da produtividade na indústria. Os dispositivos do poder, no quadro da indústria fordista, impunham-se pela *alienação* do trabalhador, respectivamente, dos meios de produção, da mercadoria produzida ou do consumidor. A manutenção deste quadro exigia, como sua condição efetiva de possibilidade, o afastamento da participação do operário, quer do planejamento ou da concepção do produto, quer da avaliação dos efeitos do consumo.

Este imperativo acarretava a redução das funções trabalhistas aos procedimentos executivos dos processos de reprodução fabril. Toda a área de concepção e controle e, conseqüentemente, a capacidade decisória, encontravam-se na alçada exclusiva da gerência, sendo legadas ao operário, apenas, as tarefas executivas, padronizadas e repetitivas da “linha de montagem”. Já se pode perceber que as possibilidades criativas do operário tinham que ficar de fora do modelo

da indústria moderna. Sendo assim, a criatividade do trabalhador deveria ser fortemente reprimida, no interior deste modelo que valorizava a repetição identitária. A alienação da “força de trabalho” não se restringia aos meios de produção, à mercadoria ou ao consumo, para constituir-se como *alienação de si mesmo*. Contudo, repressão da criatividade não é o mesmo que desinvestimento da subjetividade, isto é, a primeira não implica uma menor demanda da subjetividade do operário no interior do modelo fabril. Para que possamos entender o que está em jogo para a efetiva discriminação do trabalho imaterial, será preciso voltar o foco da argumentação para o funcionamento subjetivo.

A subjetividade apresenta tanto processos criativos quanto outros, repetitivos, que, inclusive, se associam para a consecução da dinâmica subjetiva (Rozenhal, 2003).<sup>5</sup> Os argumentos que desenvolvemos até aqui nos autorizam a dizer que o caráter diferencial entre o trabalho fabril e o trabalho imaterial se desdobra e pode também ser verificado, respectivamente, pelo privilégio de cada uma destas duas modalidades de funcionamento subjetivo.

Para a modernidade fabril, no interior do contexto de relevo das instituições e de valorização das identidades, os correspondentes processos subjetivos de reprodução detêm a preeminência, enquanto a criatividade será mantida sob repressão. Em nossos tempos de deflação das identidades institucionais e edificação de redes de organizações em rede, dá-se o oposto. Em qualquer dos casos, a subjetividade permanecerá investida pela demanda empresarial, o diferencial recaindo sobre a repressão ou sobre a valorização dos processos criativos da subjetividade. Para o trabalho imaterial contemporâneo, a demanda das empresas se encaminha para a inventividade, a imaginação, a capacidade decisória, a possibilidade de mudança ou a flexibilidade do trabalhador, expressões dos processos criativos do funcionamento da subjetividade.

Ao contrário, a subjetividade do operário, convergente com o sistema operacional de alta produtividade e extrema padronização da fábrica moderna, pautava-se pelas identidades e, assim, voltava-se predominantemente para a

<sup>5</sup> No próximo tópico, empreendemos uma discriminação mais detalhada entre os processos subjetivos.

repetição. Contudo, a reprodução na sociedade disciplinar era ainda mais abrangente, não se restringindo ao âmbito do trabalho, oferecendo, por assim dizer, um contexto repetitivo mais amplo à subjetividade moderna. Não somente as tarefas fabris se organizavam tendo em vista a reprodução. Também o lazer se estruturava para – e pela – repetição. O “dia de oito horas e cinco dólares” dava ao operário renda e tempo de ócio suficientes para o consumo, também em massa, da produção industrial, cada vez em maior quantidade (Harvey, 1992).

A divisão radical entre tempo de trabalho e tempo de lazer é uma característica do período industrial e vai refletir também a valorização do padrão da repetição, pautado pelas identidades. O trabalho na linha de montagem, extremamente rotinizado, marcado pelo desprazer do empreendimento de tarefas monótonas e funções repetitivas, será recompensado pelo tempo de lazer. Contudo, o tempo de ócio reconfortante pressupõe ainda a mesma produção social de subjetividade, bem como igual funcionamento subjetivo do operário, referidos, ambos, ao período industrial. Sendo assim, podemos constatar, ainda no que diz respeito ao ócio do trabalhador fabril, a mesma necessidade de repressão à criatividade. Isto quer dizer que o lazer e o ócio na modernidade serão também preenchidos por um consumo de massa, igualmente padronizado, sem espaço para a inventividade.

Efetivamente, a subjetividade do “operário-massa” expressava-se através de um estilo simples, estável e repetitivo, baseado no nivelamento de suas qualidades. A subjetividade que se produziu no contexto histórico de acumulação fordista é compatível com a produção em massa da mercadoria, encontrando-se reprimida a capacidade de criação do operário. No entanto, esta situação não indica um menor investimento subjetivo, no que diz respeito à demanda do trabalho, do que o que ocorre na atualidade. A produção social de subjetividade é característica de todo contexto histórico, articulando-se, de forma central ou básica, aos atributos do trabalho, qualquer que seja o regime de acumulação. A criatividade, por outro lado, é que se coloca como objeto de repressão pelas práticas de poder da modernidade ou, ao contrário, predominantemente valorizadas pelas linhas de força do ciberespaço (Lévy, 1999).

## As práticas de si

Concluimos que, para compreender as diferenças entre o operário-massa e o trabalhador da organização atual, o que se coloca não é simplesmente a questão da centralidade da demanda da subjetividade no processo de trabalho. O que está em foco é a potência criativa do trabalhador, também denominada de *singularidade*. O operário da fábrica moderna encontrava-se, efetivamente, evacuado de suas possibilidades singulares. Estas últimas apresentam-se, de acordo com o pensamento de Foucault (1984), para além das práticas discursivas ou normativas, isto é, como uma terceira modalidade autonômica: *as práticas de si*.

A nova concepção do trabalho imaterial não encontra no texto da maior parte da crítica atual – que se estrutura ainda pelas principais idéias do paradigma da modernidade – respaldo para sua contextualização, compreensão ou descrição. Caracterizado pelo “reducionismo mecanicista” e pelo “determinismo universal”, o teor desses comentários propõe que as diversas modalidades do conhecimento se estabelecerão como organização do real por práticas identitárias, isto é, pela via da regência de princípios racionais, baseados na identidade e na valorização do método quantitativo.

É no espaço e no tempo da crise do paradigma moderno que se instalam as novas perspectivas para o trabalho imaterial. Afirmar que a organização do trabalho deriva das condições econômicas, sociais, políticas, epistemológicas ou tecnológicas não poderá esgotar a determinação da concepção do trabalho, seja na atualidade, seja em qualquer contexto histórico que se considere. Admitir que as relações inter-articuladas entre o poder e o saber são capazes da determinação *absoluta* das características do trabalho remete à consideração universalista deste último. E as considerações teóricas do trabalho como universal tiveram a sua contrapartida na repressão à singularidade do operário fabril.

Ao contrário, para Foucault (*idem*), a determinação totalizadora de uma “experiência” específica, segundo o referencial social, econômico e político que lhe diz respeito, ou segundo as relações discursivas e as relações normativas, deixa de fora um novo conjunto de práticas. Estas últimas serão denominadas

práticas de si e irão se configurar como relação consigo mesmo (a si), através das quais o indivíduo se reconhece como *sujeito*. A partir de então, a dimensão subjetiva deverá participar da determinação de qualquer experiência.<sup>6</sup>

Efetivamente, o trabalho deriva das formas identitárias, quer sejam as práticas discursivas que articulam o saber, quer sejam as estratégias e técnicas que constituem o poder. Porém, eis o que nos diz Foucault, para que a determinação do trabalho não se configure como determinismo histórico, àquelas práticas deverão somar-se as práticas de si que, na sua autonomia, estabelecem um movimento de *resistência* (idem) ao campo do “poder-saber”. As práticas de si são, de acordo com a proposta foucaultiana, relações subjetivas de caráter singular, que o autor denomina “estilo”, ou melhor, “estilização”.

Sem as considerações estilísticas, a conduta - social ou política – será sempre identitária. Para qualquer conduta, seja ela de assentimento ou de transgressão, a ação se empreenderá sempre por referência ao código. Para estes tipos de ação, ainda que opostas, a referência aos valores identitários se dá da mesma forma. Assim, a conduta social ou política, mesmo que transgressiva, será somente reação, ou seja, mantenedora das identidades fundamentais do código, traduzindo não mais do que o reflexo *pessoal ou individual* do contexto histórico à época considerada.

Sendo assim, a autonomia que se postula não se coloca em oposição às relações identitárias, pela via da pretensão de ser “melhor” do que aquelas. Esta postulação não faria mais do que impor uma simetria de poderes, só sendo capaz, dessa forma, de redobrar o desenho dos dispositivos de poder vigentes, afastando-se da possibilidade de apresentação do “novo” (poder).

Dessa maneira, o referencial da subjetividade inscreve-se vigorosamente para a compreensão da experiência do trabalho ou, de forma bem abrangente, de toda e qualquer manifestação humana. Mais ainda. O próprio funcionamento subjetivo deverá ampliar-se para admitir, no cerne de sua dinâmica,

<sup>6</sup> Para o estabelecimento das práticas de si, Foucault (1984) não se interessava, especificamente, pela questão do trabalho, mas por qualquer tipo de “experiência” a partir da qual os indivíduos passavam a se reconhecer como “sujeitos” e que “se articula[m] num sistema de regras e coerções”. Por exemplo, a experiência da “sexualidade” e o reconhecimento de si como “sujeito sexual” (p. 10).



a singularidade como prática do sujeito, para além do dinamismo subjetivo regulado pelos princípios identitários, admitido pelas psicologias da consciência e pelas psicologias racionalistas dos séculos XIX e XX (Assoun, 1983). É certo que as práticas de si apontam para a ação. Contudo, a ação que assim se efetua não se esgota na relação ao código. O estilo pessoal ou individual da ação é inseparável da singularidade do sujeito.

A singularidade não conhece a semelhança, não admite qualquer comparação, nem se mede pela identidade. Singular é o que nos qualifica em nossa irremediável diferença, em nossa inexorável identidade, quer subjetiva, quer individual. Já se pode constatar que nem toda relação subjetiva é prática de si. Há dinâmicas internas à subjetividade que se traduzem por mecanismos homeostáticos, auto-preservativos ou, simplesmente representacionais, que se orientam por identidades, cujo objetivo é o equilíbrio funcional (Rozenthal, 2003). Estas atividades subjetivas identitárias pouco – ou nada – têm a ver com as práticas de si.

Ao contrário, as práticas de si correspondem aos processos denominados singulares, dos quais podemos dizer, com efeito, que se efetivam de maneira independente das relações de poder ou de saber. Singularidade é “estilização” (mais que estilo), é movimento da diferença (mais que diferença relativa) e não da semelhança ou da identidade. Para a compreensão do que interessa a essa discriminação, será preciso separar (a) *funcionamento subjetivo* de (b) *constituição da subjetividade*. O funcionamento subjetivo se configura por dinâmicas que se empreendem em torno da identidade: as diferenças que então se apresentam, são relativas às identidades subjetivas. Como evidência deste funcionamento, podemos aludir às “faculdades”, cuja dinâmica identitária se orienta sempre pela unidade ou identidade que impõe mecanismos de repetição, ainda que diferencial. Assim, por exemplo, para a “percepção”, as diferenças que se apresentam para a nova experiência perceptual são relativas à identidade, a qual se reproduz sempre, ao mesmo tempo que a nova percepção, configurando-se esta última como diferença relativa.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Este mesmo raciocínio vale ainda para as demais faculdades, tais como o pensamento, a imaginação, a memória, etc.

Já para o que é do singular, trata-se de um outro tipo de diferença: a “diferença absoluta”, incomparável porque não pressupõe qualquer identidade que a anteceda (Deleuze, 1988). Neste contexto, o que está em jogo, não é mais o funcionamento subjetivo, mas sim, a própria constituição da subjetividade. Em suma, a singularidade é, efetivamente subjetiva, sem, no entanto, corresponder à totalidade da subjetividade. Trata-se, então, de uma outra modalidade de processo subjetivo que corresponde exatamente à *potência da criação de si* e que se efetua *para além* do campo de “poder-saber”.

No contexto social, as práticas de si, quando se colocam “para além” das relações de poder, já o aludimos, não podem prescindir destas últimas. O “para além” aponta, de fato, para a potência da independência, mas que pressupõe um contexto baseado na identidade. As práticas singulares, pelas características mesmas da autonomia, não vão se opor ao contexto identitário. A relação entre a singularidade e as práticas normativas do poder ou relações discursivas do saber deverá, por isso, ser chamada de “paradoxal”.

Neste sentido – e somente neste –, podemos dizer que o movimento da singularidade *antecede* às práticas de poder identitárias, as quais correspondem a processos evolucionistas. Assim, podemos definir a singularidade, práticas de si ou processo de criação, com mais precisão, como processos de “atualização do virtual”, “antecessoras” da “realização dos possíveis” (Zourabichvili, 2000). Por este motivo, para Foucault, a resistência é primeira em relação ao poder ou à reação, estas últimas se efetuando no mesmo nível. A atualização do virtual coincide com a constituição da subjetividade e equivale à abertura de possíveis. A partir desses enunciados, somos capazes de compreender as práticas discursivas e normativas como processos de realização do possível.

Em suma, as práticas de si são capazes de resistência à determinação capitalista das organizações do trabalho, isto é, possuem potência para redesenhar, em meio ao próprio contexto político, social e econômico, as relações de poder. Sendo assim, as práticas de si afastam a idéia da construção do trabalho fundamentada na identidade universal, cuja variação em face dos contextos históricos não impede, contudo, que se mantenham intactas as características essenciais da identidade. Muito pelo contrário, as práticas de si configuram uma modalidade de relação autonômica, em vista das identidades.

Por esse motivo, a possibilidade de “inventar a si mesmo” coloca-se além das relações entre as referências tecnológicas, sociais ou políticas para a determinação do trabalho. Ao mesmo tempo, pelas imposições da singularidade, as práticas de si afastam-se das identidades, quer sejam pessoais ou individuais, quer sejam, ainda, identidades subjetivas.

A consideração das práticas de si para a descrição e a compreensão do trabalho vai impedir que se enuncie um conceito neutro ou natural de trabalho, que muda de sentido de acordo com o contexto histórico do qual deriva com exclusividade. Contudo, devemos afirmar que, de fato, a experiência humana do trabalho possui um caráter histórico. Admiti-lo não equivale a entender o trabalho como algo que sempre existiu, mas como algo que se reveste de atributos diferentes, em função das características diferenciais de cada período. Não existiria assim um conjunto de identidades universais que vão sendo mantidas à medida que se desdobram as várias modalidades do trabalho. Ao contrário, estamos diante de um novo conceito, de práticas radicalmente novas, de dinâmicas sem qualquer referência anterior. A historicidade do trabalho expressa a idéia de que cada contexto histórico é capaz de produzir uma nova idéia de trabalho.<sup>8</sup>

As práticas de si permitem que se pense nas diversas “emergências” do trabalho, de acordo com os “acontecimentos”, isto é, sem qualquer possibilidade determinística de antecipação interpretativa. Trata-se da concepção de trabalho, cujo surgimento não remete à fixidez da origem, nem à rigidez teleológica, mas que se apresenta como potência da contingência das circunstâncias ou tendência das forças do acaso. Este entendimento das relações de trabalho pela ação das práticas de si pode lançar-se para além das relações identitárias de “causa e efeito” ou de “essência e aparência” (Foucault, 1979).

No regime de acumulação fordista, a singularidade não era convocada, quer para a compreensão teórica, quer para a organização efetiva do trabalho industrial. Muito pelo contrário. As práticas de si deveriam ser excluídas da fábrica, sob o risco de desestabilizar a produtividade. Assim, no interior deste paradigma, não havia criatividade na produção de mercadoria, somente repetição. Mais do que isso.

<sup>8</sup> A esse respeito, recomendo o claro ensaio de Gondar (1989).

O âmbito da produção social de subjetividade não pressupunha a criação de si, ou seja, subjetividade era sinônimo de *sujeição* absoluta ao campo do “poder-saber”.

Na atualidade do trabalho imaterial se passa o oposto. O novo regime de “acumulação flexível” (Harvey, 1992) valoriza, exatamente, as relações singulares, excluídas anteriormente. A “revolução tecnológica” se constitui como agente da economia do saber, onde a informação gera informação e o conhecimento gera conhecimento. O que está em jogo é o “processo de virtualização” (Lévy, 1996) do saber ou da informação, no qual o agenciamento das NTIC permite a constituição de um campo da potência subjetiva da criação. A revolução industrial, por seu turno, inscreveu uma economia onde a tecnologia induzia o desenvolvimento e a acumulação da informação e do saber, mas não, a sua virtualização (Castells, 1999). A geração contínua da informação pela informação e do conhecimento pelo conhecimento é a base do trabalho imaterial e exige, como sua condição efetiva de possibilidade, as práticas de si, isto é, a atualização do potencial criativo da subjetividade.

#### Trabalho imaterial: os traçados de uma resistência

Diante do avanço inexorável do trabalho imaterial após os acontecimentos de 68, os esforços de comando por parte do capitalismo tradicional vão girar em torno da reapropriação da criatividade do trabalhador nas organizações em rede. O novo management vai exigir que “a alma [subjetividade] do operário ... deve descer na oficina” (Lazzarato e Negri, 2001). É bastante claro que, hoje em dia, o principal objeto da administração empresarial é a criatividade. Contudo, a despeito do incentivo à inventividade do trabalhador, os modelos de planejamento das organizações preconizam, ao mesmo tempo, a repressão dos aspectos subjetivos do desempenho profissional.

Com notável intuição, Foucault (1988) antecipara a abrangência do “bio-poder”, que, como instrumento do capitalismo, vem, de maneira insidiosa, invadindo a esfera social e cultural, isto é, regulando a totalidade da vida do trabalhador. Em outras palavras, na sociedade de controle, a vida se transforma, cada vez mais, em território econômico. Por conseguinte, o que está sendo visado pelas estratégias do bio-poder é a apropriação da dimensão subjetiva do profissional, ou, mais amplamente, o comando da vida do trabalhador em todos os seus aspectos.

Neste caso, os empreendimentos de controle da subjetividade - em especial, de seus aspectos criativos - configuram a reação do capitalismo à independência do trabalho imaterial face à exploração capitalística. Visto ao revés, no entanto, a situação não indica qualquer espécie de simetria. O trabalho imaterial não “se opõe” ao capitalismo industrial, traduzindo, antes, um novo empenho: trata-se do esforço de *resistência* ao domínio capitalista. Reação e resistência não são o mesmo; tampouco configuram opostos dialéticos que correspondem à inversão de “contraditórios” do tipo “a e menos a”.

A resistência do trabalho imaterial se expressa pela sua autonomia *vis a vis* o conjunto de relações tradicionais do capital, pela radicalidade da invenção de uma *nova relação trabalhista*. A resistência elabora, então, outras práticas normativas que correspondem a um *novo conceito de trabalho*, independente das figuras teóricas do capitalismo de acumulação.

Já a reação deste último se dá de forma totalmente diferente. O movimento reacionário se empreende no interior do mesmo dispositivo de poder, sem nada criar para uma nova configuração das linhas de força que o compõem. Trata-se apenas da simples oposição especular à demanda de mudança do trabalho imaterial, estruturando-se, portanto, pela mesma lógica, por exemplo, de vigilância e controle.

Estes 2 operadores – resistência e reação – evidenciam um estado de *tensão* paradoxal no centro da contemporaneidade: há criação num sentido da relação, mas no outro, só há simetria especular, identidade e reprodução do mesmo. De fato, na sociedade pós-industrial, o trabalho imaterial, a um só tempo, cooperativo e criativo (Lazzaratto e Negri, 2001), se estabelece com independência das relações de emprego ou das políticas salariais. Contudo, a economia do saber não se opõe à economia de mercado. A primeira se encontra, simplesmente, para além da última. Embora a dinâmica da produção nas empresas globalizadas se efetue com autonomia em vista das relações tradicionais do trabalho, o trabalho imaterial vem sendo gerido, efetivamente, pela atividade da economia financeira. A economia de mercado trata, com efeito, de bloquear o avanço do trabalho imaterial, pela busca incessante de controle, reagindo dialeticamente, de maneira continuamente simétrica aos avanços do novo trabalho. O que se observa, no mundo das organizações transnacionais de nossos tempos é a insistência na

reapropriação do novo processo de produção de informações e conhecimentos, levada a efeito pela economia de mercado, sobretudo pelo domínio dos meios da tecnologia de comunicação.

Em suma, para os dispositivos de poder atuais, trata-se de uma tensão que se empreende entre o controle, de um lado e, de outro, a valorização da criatividade *subjetiva* (idem). Este estado de tensão nos parece inexorável, tanto quanto a intensificação progressiva do trabalho imaterial. Mesmo que a exploração capitalista ainda se exerça largamente hoje em dia ou que o número de excluídos cresça em exponencial, ainda assim, a autonomia da constituição e da dinâmica, bem como a potência propriamente inovadora do trabalho imaterial não poderão jamais ser tolhidos em seu potencial ou *virtualidade*.

Vimos que o trabalho não se encontra inteiramente determinado pelas condições econômicas, sociais, políticas, epistemológicas ou tecnológicas do respectivo contexto histórico, como pensavam os teóricos da modernidade. A descrição e a compreensão do trabalho não podem esgotar-se pela evolução ou derivação absolutas a partir das características contextuais relevantes, como querem ainda a maior parte dos críticos atuais. Ao contrário, para o entendimento da categoria de trabalho e das relações trabalhistas, o que está em jogo é, acima de tudo, da ordem de uma resistência. Ou, dito de outra forma, trata-se da criatividade que se empreende “para além”, com autonomia ou independência das demais condições contextuais.

Sendo assim, estamos autorizados a dizer que o trabalho se produz efetivamente no contorno do contexto histórico, mas sua consistência se dá, acima de tudo, pela via do acaso. Isto quer dizer que o conjunto de condições efetivas para a determinação do trabalho é “maior que a soma das partes” diretamente envolvidas no conjunto que lhe corresponde. Há uma certa modalidade de práticas – as práticas de si -, centrais para a compreensão das relações trabalhistas, que independem das relações determinísticas do campo do ‘poder-saber’. É assim que o espaço da experiência do trabalho se abre para a contingência da criação ou para os traçados de uma resistência que inscreve a dinâmica da criação no coração do nosso tempo.

## REFERÊNCIAS

- ASSOUN, P.-L. *Introdução à epistemologia freudiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. S. Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COCCO, G.; GALVÃO, A.P.; SILVA, G. *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: D P & A, 2003.
- DELEUZE, G. "Post-scriptum sobre as sociedades de controle", in: Deleuze, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Nietzsche e a filosofia*. Porto: Rés, s/d.
- \_\_\_\_\_. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- EHRENBERG, A. *La fatigue d'être soi: dépression et société*. Paris: Odile Jacob, 1998.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade 2 – O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I – A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GONDAR, J. O. "O trabalho como objeto histórico" In: *Cadernos do NUPSO*, ano 2, n. 3, jan-jun 1989.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- KLEIN, N. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago, 1970.
- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Porto: Rés, 1985.
- LÉVY, P. *O que é o virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PLASTINO, C.A. *O primado da afetividade: a crítica freudiana ao paradigma moderno*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ROZENTHAL, E. *O pulsar da diferença: considerações acerca do processo de subjetivação em psicanálise*. Tese de doutoramento no IMS–UERJ, Rio de Janeiro, março de 2003.
- ZOURABICHVILI, F. "Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política)" In: Alliez, É. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

**Eduardo Rozenthal** é psicanalista, pesquisador do Laboratório do Núcleo de Pesquisa em Trabalho Imaterial (NITI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor da Universidade Estácio de Sá.

132 Trabalho imaterial:  
sobre a subjetividade para uma leitura  
do trabalho no século XXI  
Eduardo Rozenhal

## RESUMO

A concepção de trabalho imaterial se impõe diante da fragilidade dos enunciados modernos de trabalho e de trabalhador para descrever as relações trabalhistas na atualidade. A deflação da identidade e das instituições impede que se considere o processo de produção como no capitalismo industrial, isto é, como derivado absoluto das relações hegemônicas entre o conhecimento e a tecnologia, a sociedade, a economia e o Estado. Verificamos que as atuais práticas trabalhistas, orientadas para a valorização da criatividade, são ainda submetidas ao rígido controle identitário das subjetividades, dificultando a sua implementação nas organizações, bem como as análises críticas correspondentes. Para empreender uma leitura diferenciada do trabalho contemporâneo, procuramos desenvolver um exame do conceito foucaultiano das “práticas de si” que irá se configurar como estratégia teórica central para a nova definição do trabalho imaterial e do capitalismo cognitivo.

Palavras-chaves: trabalho imaterial, subjetividade, práticas de si.

## ABSTRACT

The notion of immaterial labor imposes itself in face of the weakness of current descriptions of labor, workers and labor relationships in contemporary world. The deflation of identity and institutions impedes us to consider the productive process in the same way as in industrial capitalism, when production was an absolute derivative of the hegemonic relationships among knowledge, technology, society, economy and State. However, the current labor practices, oriented towards the valuation of creativity, are still submitted to the rigid control of identity, which makes it difficult to implement this new orientation in the organizations. In order to allow a different reading of contemporary labor, we try to develop an analysis of the foucaultian concept of “practices of self”, which emerges as a central theoretical strategy for the new definitions of immaterial labor and cognitive capitalism.

Key-words: immaterial labor, subjectivity, practices of self.